



O FUTURO COM OTIMISMO

Não é novidade dizer, mas é bom repetir, que a instituição do seguro tem como suporte o mutualismo, a boa-fé e a solidariedade. Acrescentando-se a isso há também a função social e ética; e além de tudo é bom reconhecer a sua vocação de disputar obstinadamente pelo lugar que merece junto à sociedade humana. Teimar e insistir, eis a porfia da sua jornada consagrada.

Nesta oportunidade, é nosso intuito destacar o quanto as empresas seguradoras devolvem diretamente à sociedade, em forma de indenizações e demonstram também os benefícios decorrentes da atividade como um todo. Conquanto tenhamos informações sobre vários exercícios, queremos nos ater apenas no primeiro trimestre de 2007, cujo resultado bem pode refletir a importância do nosso setor para que cada cidadão possa dar continuidade às suas múltiplas atividades.

No que tange às indenizações, estas alcançaram o montante de R\$ 8,5 bilhões, representando 56% do total de prêmios arrecadados, devendo ser considerado que tais prêmios ainda terão que responder por sinistros futuros.

Já a carteira de automóveis, segurando aproximadamente 30% da frota circulante no país, indenizou R\$ 4,6 bilhões, isto é, correspondente a 67% do montante arrecadado.

Por sua vez o seguro patrimonial, indenizou R\$ 860 milhões, ou seja, equivalente a 30% do arrecadado. Os seguros de pessoas indenizaram R\$ 1,9 bilhão, representando 46% do valor arrecadado. Os demais ramos indenizaram cerca de R\$ 1,1 bilhão, correspondente a 53% do arrecadado.

Além disso, as reservas técnicas das empresas seguradoras, aplicadas em títulos públicos, principalmente, atingi-

ram R\$ 94 bilhões, contribuindo de modo substancial para a poupança interna do país.

Somente o DPVAT, um dos seguros privados que bem pode ser chamado de "seguro social", já pagou indenizações que, somadas, chegam a R\$ 810 milhões.

Cabe destacar que, em razão dos resultados que vêm sendo obtidos desde o último semestre de 2006 e com o primeiro semestre de 2007, notadamente os seguros de automóveis têm sido beneficiados com reajustes de preços bem menores do que em exercícios anteriores. Com isso as seguradoras vêm recuperando parte dos prejuízos realizados nos exercícios de 2004 para cá, bem como buscando lastro para fazer frente às determinações da SUSEP em relação à solvência.

Segundo estudo realizado pela FENASEG, poderemos nos dar conta de que os sinistros suspeitos e investigados, indicam comprovação de 17% de fraudes, representando mais de R\$ 1 bilhão de indenizações. Tais estudos refletem que o fraudador persiste no crime, por ter certeza da impunidade ou por entender que a sua atitude criminosa não se coloca contra a Lei. Conforme se deprende, ainda existe muita coisa para ser feita, a fim de que tenhamos um mercado solidificado em termos de resultado e de operacionalidade.

Por último, vale evocar as palavras do Dr. João Elísio Ferraz de Campos, presidente da FENASEG, por ocasião da solenidade comemorativa dos 50 anos de fundação da entidade em 2001: "...a nossa atividade está associada de forma indissolúvel, às condições internas do país e de sua população. Portanto, se olharmos o futuro com otimismo, se confiamos no crescimento do nosso setor, é porque, acima de tudo, confiamos no Brasil".

:: II ENCONTRO SOBRE SEGUROS

No dia 31 de agosto último, realizou-se em Campo Grande (MS), o II Encontro sobre Seguros, promovido pelo Ministério Público daquele estado, cujo evento contou com a presença de juizes, promotores, polícia civil, polícia militar, estudantes de Direito, seguradores e corretores de seguros.

O Encontro teve por objetivo debater sobre a fraude que, lamentavelmente, grassa no seguro, notadamente no DPVAT.

O encontro deu ensejo a diversos pronunciamentos, destacando-se a apresentação do Dr. Paulo Magalhães, policial aposentado e que destacou vários casos de omissão das autoridades sul-matogrossenses sobre crimes contra a economia popular, apontando conivência entre corporações daquele estado. Apresentou fatos e dados, que não deixaram dúvidas sobre suas afirmações.

Tivemos também o pronunciamento de Júlio Avelar, pela FENASEG, que abordou o assunto sobre os prin-

cípios técnicos do seguro, cálculo atuarial, formação de prêmios e destacou soluções para abrigo de veículos sinistrados (Pátio Legal).

Dando seqüência, aconteceram diversas manifestações como, por exemplo, a do Dr. Márcio Norton, diretor do Convênio DPVAT; a da Dra. Therezinha Vollú, gerente de gestão da informação da FENASEG, abordando dados estatísticos sobre fraude em seguro; palestra do Dr. Washington Luiz Bezerra da Silva, advogado e membro da área jurídica da FENASEG.

Enfim, o evento registrou bastante sucesso, sendo mesmo gratificante para todos que trilham na área de seguro.

A iniciativa do Ministério Público e Procons de Mato Grosso do Sul merece louvores pela feliz realização, destacando-se a atuação da Dra. Marigô Regina Bittar Bezerra, Promotora de Justiça de Mato Grosso do Sul e Dra. Elen Neves Dutra da Silva, Promotora de Justiça do PROCON.

:: JOÃO ELÍSIO E JARBAS VASCONCELLOS

Em sua passagem por Recife, Pernambuco, no dia 24 de agosto, o presidente da FENASEG, João Elísio Ferraz de Campos, encontrou-se com o senador e ex-governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos.

Durante a reunião, da qual participou também o presidente do Sindicato das Seguradoras do Norte e Nordeste (SINDISEG), Múcio Novaes, vários assuntos foram abordados, como por exemplo, o setor de seguros, a atual situação política e o que está acontecendo no Congresso. No mesmo dia, João Elísio também foi recebido em audiência pelo Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e proferiu a palestra "Novo Modelo de Representação Institucional do Mercado Segurador Brasileiro", durante o almo-

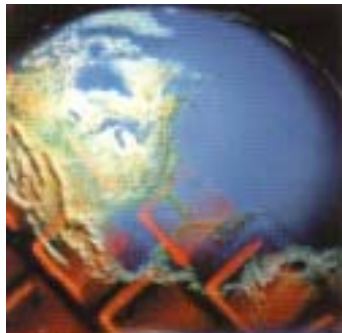
ço para apresentação da nova diretoria e representantes institucionais do Sindicato das Seguradoras do Norte e Nordeste. (Fonte: FENASEG, 31/08/2007)





:: RESSEGUROS

Após a espera de 10 anos pelo fim do monopólio do Instituto Brasileiro de Resseguros (IRB Brasil Re), especialistas especulam que até o mês de outubro deva acontecer a primeira audiência pública que vai tratar da regulamentação para a abertura do mercado de resseguros no Brasil, determinada pela Lei 126, de 15 de janeiro de 2007. Seguradoras locais e representantes de resseguradoras internacionais no País já estão discutindo como será o cenário com a atuação direta das empresas estrangeiras, sem a intermediação do IRB.



As seguradoras estão se preparando para pleitear melhores condições com os resseguradores, buscando transmitir confiabilidade e constituir futuras parcerias. "Sob termos e condições mistas será bom para a empresa local e para os estrangeiros. Mas é preciso pensar em segurança financeira para que o mercado possa ser competitivo", diz Carlos Caputo, executivo de operações regionais da norte-americana XL Re, uma das nove resseguradoras que possui escritório no País. Caputo defende que a estabilidade desse mercado só será possível se houver a intervenção do governo, estabelecendo um consenso entre os setores em relação à legislação que determinará a atuação das estrangeiras. "O resseguro irá gerar empregos e pagar impostos, mas o governo tem de criar a possibilidade real para trazerem capital externo e disseminarmos nosso know-how por aqui".

Para Luis Stefano Grigolin, consultor da Hiperseguro Consulting, em um primeiro momento os preços devem subir. "Com o monopólio, é feito um acordo com resseguros externos que garante um preço fixado. Com a abertura, até que as resseguradoras internacionais confiem nas seguradoras nacionais os preços provavelmente serão mais altos". Pensando nisso, o Unibanco AIG Seguros vai investir na contratação de engenheiros e treinamento no exterior para refletir maior credibilidade aos resseguradores. "Queremos conhecer melhor o risco para aliar conteúdo técnico e relacionamento. (Fonte: DCI, 30/08/2007)

:: BROKERS

A SUSEP colocou em audiência pública, até 19 de setembro, minuta de resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para disciplinar as atividades de brokers (corretores de seguros).

Pelas regras propostas, só empresas de corretagem poderão operar no segmento.

O projeto estabelece que as empresas do ramo que já estão em atividade terão seis meses para se adaptar às novas regras.

Tais corretoras terão que estar legalmente constituídas e domiciliadas no Brasil. A legislação também torna

obrigatória a contratação de seguro de responsabilidade civil profissional, com importância segurada mínima de R\$ 10 milhões e que a franquia não seja superior a 10% desse valor.

EXCLUSIVIDADE.

A norma submetida à consulta pública estabelece ainda que a empresa terá que indicar diretor técnico ou sócio-gerente para responder pelos atos de corretagem de resseguros, assim como para se responsabilizar perante a SUSEP pelo atendimento às informações solicitadas.

O diretor ou sócio-gerente deverá ser um corretor de seguros habilita-

:: SEGUROS ATRAEM INVESTIDORES

Seguradoras listadas na Bolsa era uma realidade distante do Brasil no início do século XXI, mesmo tendo o setor de seguros, com venda mundial acima de US\$ 1 trilhão ao ano, um peso expressivo nas bolsas de Nova York, Londres, Paris e Japão. Aqui só haviam cinco companhias listadas, sem qualquer liquidez.

Esse cenário começou a mudar em novembro de 2004, quando a Porto Seguro, maior seguradora de automóvel do País, entrou no Novo Mercado da Bovespa. A valorização dos papéis, que chegou ao pico de 330%, não aconteceu da noite para o dia, pois investidores e analistas conheciam pouco do mercado de seguros, um setor que tinha até então normas ultrapassadas e pouca credibilidade em razão do governo fazer e não cumprir por dez anos suas promessas de abertura do resseguro.

No início deste ano, os investidores tiveram duas boas notícias. A sanção da Lei 126, que dá as diretrizes da abertura do resseguro, e a atualização do arcabouço regulatório do setor com exigências de práticas de governança e novo cálculo de solvência com capital baseado em risco. As duas mudanças, que elevam o padrão contábil e concorrencial das seguradoras brasileiras às práticas internacionais, estão previstas para começar a vigorar em 2008.



Segundo Pedro Guimarães, especialista do UBS Pactual, que atuou como consultor financeiro em diversos dos 45 IPO realizados no Brasil neste ano, o setor de seguros é a bola da vez. "Tivemos o crescimento do crédito consignado e vários bancos médios abriram capital. Depois veio o crédito imobiliário e cerca de 20 empresas abriram o capital. Agora que as pessoas já adquiriram casa e bens, o próximo passo é pensar no seguro para proteger o patrimônio",

disse Guimarães, que fará uma das palestras da 4ª Conseguro, o principal evento do ano do setor de seguros.

Outro parâmetro para projetar o crescimento de seguros no Brasil é a participação no Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto no Brasil o setor engatinha nos 3% há décadas, com faturamento de R\$ 75 bilhões em 2006, nos países desenvolvidos o percentual supera 10%. O analista acredita que o IPO é o melhor caminho para as seguradoras. "A crise internacional deverá provocar um ajuste de preço dos papéis em até 20%. Mas o apetite dos investidores por boas oportunidades cresce na crise". Outra opção para captar recursos seria a venda de parte da empresa. "Fazer o IPO e cumprir as promessas feitas no prospecto, pode levar a uma negociação mais forte de venda após a emissão", ponderou.

Tendo em vista que no médio prazo a SUSEP fará novas exigências de capital, pois as regras atuais atendem a apenas um dos quatro pilares das regras de Basileia II, as promessas nos prospectos dos IPOs precisam ser tangíveis. (Fonte: Gazeta Mercantil, 31/08/2007)

do, que comprove especialização em corretagem de resseguros.

Tal como ocorre na corretagem de seguros, a corretora de resseguro não poderá ser acionista, coligada ou controlada por seguradoras ou

resseguradoras. Além disso, somente poderá atuar "única e exclusivamente" como intermediária na contratação de resseguro e retrocessão. (Fonte: Jornal do Commercio, 31/08/2007)



:: QUEDA NO LUCRO

O IRB Brasil Re fechou os sete primeiros meses do ano com lucro líquido da ordem de R\$ 144,9 milhões, 16,3% a menos do que em igual período de 2006, quando resultado chegou a R\$ 173,1 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido diminuiu de 11,65% em julho do ano passado para 8,87% em julho último. O patrimônio líquido cresceu no período 9,2%, para R\$ 1,811 bilhão.

Os ativos totais da empresa ultrapassaram a marca de R\$ 5,3 bilhões em julho, com incremento de 15,3% em comparação com o acumulado até igual mês do ano passado. Nas reservas técnicas, a expansão foi de 24,7%, de R\$ 2,039 bilhões para R\$ 2,544 bilhões, e nas provisões econômico-financeiras, alta de 18,8%, com os recursos alcançando R\$ 1,037 bilhões.

No acumulado até julho, a estatal faturou R\$ 1,706 bilhão em prêmios emitidos, 3,8% acima dos R\$ 1,643 bilhão contabilizados até julho do ano passado. Sob o critério de prêmios ganhos a receita subiu 11,7%, ao atingir R\$ 942,8 milhões. Nos sinistros, o montante chegou a R\$ 516,1 milhões, incluindo a variação de reservas, re-

gistrando crescimento de 24,5%. Os valores efetivamente pagos em indenizações ficaram em R\$ 339,2 milhões, 17,1% superior aos desembolsos de R\$ 289,6 milhões efetuados de janeiro a julho de 2006.

O resultado das operações do IRB com resseguros e retrocessões chegou a R\$ 377,6 milhões nos sete primeiros meses do ano, o que resultou em crescimento de 4,2% frente a igual período de 2006. Os recursos destinados às despesas administrativas ficaram estáveis no período em R\$ 87,7 milhões, apenas 1,1% acima dos gastos efetivados nos sete primeiros meses de 2006. Já os dispêndios com pessoal subiram 9,4%, para R\$ 61,6 milhões. (Fonte: Jornal do Commercio, 31/08/2007)



:: INSUSTENTABILIDADE

Esta é a conclusão do estudo "Healthcare 2015 Ganha Ganha ou Todos Perdem?", elaborado pelo IBM Institute for Business Value e que o IESS - Instituto de Estudos de Saúde Suplementar apresentou em data de 3 do corrente, em São Paulo. Segundo o estudo, em muitos países os sistemas de saúde tendem a se tornarem insustentáveis já em 2015, fruto da elevação acelerada dos custos, da diminuição na qualidade ou desigualdade de atendimento, da inadequação do acesso e das opções de escolha.

Nesse sentido, é feito um alerta para a necessidade de os sistemas de saúde públicos e privados se adequarem a estas mudanças, sem perderem sua competitividade, requisito de um mundo globalizado.

Apesar do esforço de profissionais de saúde competentes e dedicados e as promissoras perspectivas da genômica, da medicina regenerativa e da medicina baseada na informação, o estudo conclui que os problemas enfrentados pela indústria, consumidores e governo forçarão mudanças nas bases da organização dos sistemas de saúde na próxima

década.

Felizmente, conclui o estudo, existe um cenário mais promissor, mas que requer novos níveis de responsabilidade, decisões difíceis e árduo trabalho colaborativo por parte de todos os envolvidos.



O lançamento da tradução do estudo para o português, ocorreu dia 3 do corrente, simultaneamente com o debate sobre o assunto, e que teve as seguintes participações: Fábio Gandour (IBM); Antônio Penteadou Mendonça (Grupo Estado); Alfredo Cardoso (Diretor de Normas e Habilitação - ANS); João Alceu Amoroso Lima (Vice-presidente de Saúde do Grupo SulAmérica); Maurício Ceschin (Superintendente Hospital Sirio Libanês) e Marcos Bosi Ferraz (Professor Unifesp e Diretor de Relações Institucionais Fleury). (Fonte: RTJSA, 31/08/2007)

:: HOMENAGEM AO DR. MUNIR KARAM

As principais lideranças do Mercado de Segurador do Paraná, bem como representantes da FENASEG, prestigiaram a homenagem ao Dr. MUNIR KARAM, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo mesmo em prol do seguro, em almoço promovido pelo SINDSEG-PR/MS, que aconteceu no dia 27/08 no Civita Tratoria.



:: PALESTRAS

11, 12 e 13/09 - Treinamento de Inspeção Veicular, para 120 Policiais Rodoviários Federais, em Curitiba/Pr.

20 e 21/09 - Fórum Regional de Seguros - Anfiteatro da FAG, e Cascavel/Pr

